

ORIGENS E EVOLUÇÃO DA CIÊNCIA DA RIQUEZA E DA POBREZA: Uma análise histórica da filosofia social dos economistas clássicos

Alex CATHARINO DE SOUZA

Diretor de Programas Acadêmicos e Culturais do
Centro Interdisciplinar de Ética e Economia Personalista (CIEEP)

Resumo: O presente trabalho pretende explicitar como o problema da pobreza foi analisado pelos economistas liberais clássicos, ao longo do século XVIII e da primeira metade do século XIX. Para atingirmos nosso objetivo discutiremos as origens e o desenvolvimento do pensamento econômico liberal, enfatizando como o problema da pobreza foi tratado pelos principais expoentes dessa escola de pensamento.

Palavras-chave: Filosofia Social. Ética. Economia Clássica.

Abstract: This work aims to explain the poverty problem, as the Classical Liberal economists analyzed it during the eighteenth century and up to the first half of the nineteenth. To reach this objective we will discuss the origins and the development of the Liberal Economic thinking, emphasizing how its main thinkers considered the poverty problem.

Key-words: Social Philosophy. Ethics. Classical Economics.

Há uma relação intrínseca entre a economia e a filosofia. Durante séculos, desde a antiguidade greco-romana até o surgimento da economia como ciência autônoma, muitos temas eminentemente econômicos foram tratados por renomados filósofos. A própria economia como ciência independente da política e da moral foi elaborada por expressivos filósofos da modernidade.

Todavia, existe atualmente um fosso aparentemente intransponível entre a reflexão filosófica e a análise econômica. Por um lado muitos filósofos se fecham para o entendimento do real, encastelando-se em raciocínios dogmáticos e abstratos que os alie-

nam dos verdadeiros problemas da sociedade. Por outro lado a maioria dos economistas tratam da realidade ancorados a um empirismo ingênuo, que não leva em consideração que os dados estatísticos que eles manipulam só podem virar um conhecimento útil para as pessoas se tiverem como alicerce sólidos fundamentos ontognosiológicos e um julgamento baseado em valores éticos. Usando uma metáfora criada pelo filósofo e estadista inglês Francis Bacon (1561-1626) no *Novum Organum* (1620)¹, podemos dizer que os primeiros são racionalistas que, à maneira das aranhas, extraem de si mesmo o que lhes serve para a teia, enquanto os segundos, à maneira

¹ BACON. *Novum Organum*. XCV, p. 69.

das formigas, acumulam e usam as provisões.

Existe uma terceira posição: a da abelha, que permite uma aliança estreita e sólida entre as faculdades experimental e racional, visto que esta recolhe a matéria prima das flores e do campo e com seus próprios recursos a transforma e digere. Para Bacon a postura da abelha é o labor da verdadeira filosofia, que não se serve unicamente das forças da mente, nem tampouco se limita ao material fornecido pela realidade e conservado intacto na memória. Cabe, tanto ao filósofo quanto ao economista, recolher os fatos econômicos e sociais, modificando-os por meio do intelecto, elaborando, assim, o verdadeiro conhecimento.

Num momento em que a interdisciplinariedade se torna pré-condição na busca da verdade sobre o homem e a sociedade, devemos incentivar um dialogo mais estreito entre moralistas e economistas. Acreditamos que um ponto de partida frutífero pode ser a análise histórica do nascimento e desenvolvimento da ciência econômica, relacionando-a com os problemas éticos que permeiam a análise de seus principais expoentes do século XVIII e da primeira metade do século XIX. É o que pretendemos fazer ao longo desse trabalho, descrevendo como os temas relacionados à riqueza e à pobreza das sociedades e dos indivíduos foram tratados pelos principais autores da chamada Escola de Economia Clássica.

A Pré-história do Pensamento Econômico

A economia lida essencialmente com um problema de escassez de meios em face de fins ilimitados, que surge na sociedade quando meios escassos são postos diante de fins alternativos, de modo que a utilização de certos recursos para determinados fins implica necessariamente no sacrifício dos demais fins, levando, assim, ao sacrifício de oportunidades alternativas.

Os problemas econômicos se dividem em quatro grupos distintos²:

- 1) *Problemas do lado da procura*, cujo objetivo é responder que bens e serviços devem ser produzidos e em que quantidades;
- 2) *Problemas do lado da oferta*, isto é, como os bens devem ser produzidos;
- 3) *Problemas de distribuição*, ou seja, para quem e em que quantidade os bens e serviços devem ser distribuídos;
- 4) *Problemas de crescimento*, que tenta solucionar como aumentar a produção *per capita* no tempo.

Desde a época das sociedades greco-romanas encontramos reflexões de cunho econômico, como fica evidente na leitura das obras dos filó-

² LEME. *Entre os cupins e os homens*, p. 94.

sofos gregos Xenofôntes (430-355 a.C.), Platão (427-348 a.C.) e Aristóteles (384-322 a.C.), dos escritores latinos Catão (234-149 a.C.), Cícero (106-43 a.C.), Varrão (116-27 a.C.), Columela (fl. c. 65 A.D.) e do filósofo patrístico Santo Agostinho (354-430 A.D.). Todavia, as principais contribuições pré-científicas ao pensamento econômico foram dadas pelos pensadores católicos da Escolástica.

Ao longo da Idade Média podemos destacar as reflexões do filósofo e monge dominicano Santo Tomás de Aquino (1225-1274), que defendeu a propriedade individual privada e formulou a idéia que o preço justo das coisas se dá pela utilidade ou escassez³, e do teólogo e monge franciscano São Bernardino de Siena (1380-1444), um dos maiores defensores da liberdade econômica de todos os tempos, que advogou o direito dos indivíduos à propriedade privada e ao livre comércio, justificou moralmente a sonegação de altos impostos e formulou a idéia que os diferenciais de salários se dão pela escassez e pela habilidade dos profissionais qualificados⁴. No período medieval também podemos citar os nomes de Hugo de São Vítor (1096-1141), São Raimundo de Peñafort (1180-1278), Pierre Jean Olivi (1248-1298), Jean Buridan (1300-1358),

Jean de Gerson (1362-1428), Johannes Nider (1380-1438), Santo Antonino de Florença (1389-1459), Conradus Summenhart (1465-1511), Silvestre Prierias (†1523), e Tomás de Vio (1468-1534), o Cardeal Cayetano, dentre outros inúmeros teólogos, filósofos, canonistas e moralistas católicos que se preocuparam, de alguma forma, com problemas de natureza econômica e defenderam o sistema de livres trocas sem a intervenção nefasta do Estado no funcionamento do mercado⁵. Entretanto, a maior influência do pensamento católico à tradição econômica liberal foi dada pelos religiosos da segunda escolástica espanhola.

No contexto da segunda escolástica espanhola se sobressaem as reflexões do filósofo e jesuíta Francisco Suárez (1548-1617), cuja grande contribuição ao desenvolvimento do pensamento econômico se encontra na compreensão da funcionalidade do direito à propriedade individual privada e do livre mercado para uma melhor convivência social, além de ter afirmado que a única forma de descobrir o "preço justo" das coisas é através da livre negociação entre as partes, ressaltando que os católicos necessitavam reconhecer tais princípios⁶. Além de Suárez podemos incluir entre os escolásticos ibéricos que refletiram sobre as atividades econômicas os nomes dos dominicanos Francisco de Vitória (1483-

³ ROTHBARD. *An Austrian Perspective on the History of Economic Thought*, Vol. I, p. 51-58. / GRICE-HUTCHISON. *Ensayos sobre el pensamiento económico en España*, p. 201-207. / CHAFUEN. *Economía y ética*, p. 66-67, 121.

⁴ CHAFUEN. *Op. cit.*, p. 53, 105-106, 181, 194. / ROTHBARD. *Op. cit.*, Vol. I, p. 81-85.

⁵ ROTHBARD. *Op. cit.*, Vol. I, p. 85-95. / GRICE-HUTCHINSON. *Op. cit.*, p. 47-50. / CHAFUEN. *Op. cit.*, p. 30.

⁶ ROTHBARD. *Op. cit.*, Vol. I, p. 115-116.

1546), Martín de Azpicueta Navarro (1493-1586), Domingo de Soto (1495-1560), Tomás de Mercado (1500-1575), Domingos Báñez de Mondragon (1528-1604), Francisco García (1641-1685) e Pedro Ledesma (fl. séc. XVI), dos franciscanos Juan de Medina (1490-1546), Luís de Alcalá (fl. séc XVI) e Henrique de Villalobos (†1637), dos agostinianos Miguel Salón (1538-1629), Pedro de Aragón (fl. séc. XVI), Cristóbal de Villalón (†1580), Luís de Saravia (†1623) e Felipe de la Cruz (fl. séc. XVI), dos jesuítas Juan de Matienzo (1520-1579), Luís de Molina (1535-1600), Juan de Mariana (1535-1624), Juan de Salas (1553-1612), Leonardo Lessio (1554-1623), Pedro de Ònate (1567-1646), Cardeal Juan de Lugo (1583-1660) e Antonio de Escobar y Mendoza (1589-1669), e dos leigos Diego de Covarrubias (1512-1577), Pedro de Valencia (1555-1598) e Miguel Caxa de Leruela (fl. séc XVII), em cujas obras encontramos excelentes defesas do livre mercado⁷. Por intermédio das obras do filósofo e jurista alemão Johanes Althusius (1557-1638), do filósofo e jurista holandês Hugo Grocio (1585-1634) e do filósofo e jurista alemão Samuel von Puffendorf (1632-1694) o pensamento moral e econômico dos escolásticos influenciou profundamente a tradição liberal. Todavia, o desenvolvimento da econômica como ciência se dá a partir da segunda metade século XVII atingindo

sua maturidade nas obras do filósofo e economista escocês Adam Smith (1723-1790).

Provavelmente a primeira análise científica dos problemas econômicos se encontra na obra do médico e estadista inglês William Petty (1623-1687), discípulo do filósofo inglês Thomas Hobbes (1588-1679) e precursor dos economistas clássicos, que fundou a estatística econômica e formulou uma teoria, a partir de dados empíricos, onde considerou que a riqueza (os bens) deriva da conjunção da terra com a quantidade de trabalho utilizada na produção, além de enfatizar o papel da divisão social do trabalho⁸. Na segunda metade do século XVII podemos destacar, além do pensamento de Petty, as contribuições do próprio Thomas Hobbes, que criticou a intervenção estatal na esfera econômica defendeu a propriedade privada e o livre mercado⁹, e do filósofo inglês John Locke (1632-1704), que escreveu um tratado de economia onde analisou a formação dos preços em função da oferta e da procura, adotando a teoria quantitativa da moeda que relaciona o nível de preços à quantidade de moeda, em circulação¹⁰. O passo seguinte na evolução da ciência econômica foi dado pelos *fisiocratas*.

A fisiocracia está inserida no contexto do Iluminismo Francês e pode ser definida como a vertente econô-

⁷ ROTHBARD. *Op. cit.*, Vol. I, p. 99-133. / GRICE-HUTCHINSON. *Op. cit.*, p. 52-63, 105-112, 119-138. / CHAFUEN. *Op. cit.*, p. 31-32.

⁸ ROTHBARD. *Op. cit.*, Vol. I, p. 296-304.

⁹ CATHARINO DE SOUZA. "Origens e desenvolvimento do liberalismo clássico", p. 61.

¹⁰ ROTHBARD. *Op. cit.*, Vol. I, p. 313-317.

mica desse movimento intelectual. Os fisiocratas foram influenciados pelo pensamento de muitos filósofos iluministas, principalmente Charles Louis de Secondat (1689-1755), o Barão de La Brède e de Montesquieu. O legado de Montesquieu a esta corrente do pensamento econômico se encontra: na definição de lei e na diferenciação entre lei da natureza e leis positivas¹¹; na concepção de natureza e princípio dos governos e em suas relações com as leis¹²; na defesa do luxo como motor do progresso material da sociedade, apesar de ter alertado para os riscos do consumismo e da ostentação de riquezas, principalmente por parte das mulheres, como fatores de degeneração moral¹³; na prescrição segundo a qual os tributos devem ser simples e moderados para não impedir o desenvolvimento econômico da sociedade¹⁴; na percepção que as leis positivas devem estar de acordo com a moral e os costumes da sociedade onde serão aplicadas¹⁵; na constatação que o livre comércio entre os povos ameniza os costumes, amplia o processo civilizador e, juntamente com a religião, ajuda a tornar o indivíduo um cidadão virtuoso¹⁶; e na análise sobre a natureza da moeda e

sua importância para as transações econômicas¹⁷.

O principal precursor da fisiocracia foi Richard Cantillon (1680-1734), que expôs as contradições do mercantilismo, defendendo que a terra como única forma de riqueza, na forma de um excedente econômico acima dos custos de produção, e que o trabalho, como força geradora dessa riqueza, eram os motores do progresso social, além de ter analisado os problemas monetários, as trocas, os juros, o comércio exterior, o câmbio, os bancos e os créditos¹⁸.

O grupo de pensadores franceses conhecidos como *fisiocratas* se dedicaram de forma integral à análise de problemas econômicos, formulando, pela primeira vez, de forma sistemática e lógica, uma teoria econômica do liberalismo: a *Fisiocracia* (governo da natureza). Foram os fisiocratas que difundiram a célebre máxima: *laissez faire, laissez passer* (deixai fazer, deixai passar), que serviu de bandeira contra o abusivo intervencionismo estatal¹⁹. A doutrina fisiocrática está baseada numa teoria geral da sociedade que parte de duas concepções essenciais: uma de caráter filosófico, fundamentada na idéia de 'ordem natural', e outra de caráter econômico, estruturada na idéia de 'produto líquido'. O fundador e líder do movimento 'fisiocrata' foi o médico François de Quesnay (1694-

¹¹ MONTESQUIEU. *Do Espírito das Leis*, I.i, p. 31-36.

¹² Idem. *Ibidem*, I.ii, p. 37-45 / I.iii, p. 47-55 / Liv, p. 57-65 / I.v, p. 67-86.

¹³ Idem. *Ibidem*, I.vii, p. 107-117.

¹⁴ Idem. *Ibidem*, II.xiii, p. 195-206.

¹⁵ Idem. *Ibidem*, II.xix, p. 271-288.

¹⁶ Idem. *Ibidem*, IV.xx, p. 289-301 / IV.xxi p. 303-330.

¹⁷ Idem. *Ibidem*, IV.xxii, p. 331-350.

¹⁸ ROTHBARD. *Op. cit.*, Vol. I, p. 345-362.

¹⁹ CATHARINO DE SOUZA. "Origens e desenvolvimento do liberalismo clássico", p. 67.

1774), colaborador da *Enciclopédia* (1751-1772) e autor do *Quadro econômico* (1758), onde, por intermédio da utilização de um modelo mecanicista e matemático baseado na física newtoniana, explicou “a *dinâmica das relações de produção, circulação e consumo dos bens numa analogia mecanicista com a circulação sanguínea*”²⁰. O economista francês sustentou que somente a terra é capaz de produzir realmente algo novo, gerando riquezas, sendo as demais atividades econômicas, como a indústria e o comércio, embora necessárias, meros meios de transformação ou intercâmbio dos produtos da terra. O líder dos fisiocratas propôs a supressão de todas as taxas, substituindo-as por um imposto único que incidiria sobre a propriedade da terra, já que esta seria a única fonte de riqueza e os proprietários apenas se apropriariam da renda sem contribuir para o aumento do produto líquido. Tal medida tinha como objetivo aliviar a carga tributária dos agricultores, artesãos e comerciantes, facilitando o aumento da circulação de capitais para novos investimentos. Dentre os discípulos de Quesnay que integraram essa primeira corrente do liberalismo econômico se destacam: Pierre François Mercier de la Rivière (1720-1793), Jacques Turgot (1727-1781), Guillaume François Le Trosne (1728-1780), Nicholas Baudeau (1730-1792), Pierre Samuel Du Pont de Nemours (1739-1817) e Victor Riqueti (1715-1789), o marquês de Mi-

²⁰ Idem. “Virando a mecânica das molas do mundo”, p. 505.

rabeau. Na perspectiva de todos esses liberais, dentro de uma ordem natural como a proposta pela fisiocracia, os únicos papéis do Estado, através da lei civil, seriam o de guarda da propriedade individual privada e o de garantidor da liberdade econômica. Apesar das críticas feitas por Adam Smith à fisiocracia, essa corrente do pensamento econômico contribuiu de forma significativa para a formação da Economia Clássica, além de conter muitas verdades para o contexto histórico em que foi elaborada e algumas importantes lições para nossos dias²¹.

Outros dois expoentes do iluminismo devem ser elencados por suas contribuições ao pensamento econômico. O primeiro é o filósofo francês Etienne Bonnot de Condillac (1714-1790), que em sua obra *Comércio e Governo* (1776) defendeu o livre comércio e criticou por um lado a idéia dos fisiocratas de que a única fonte de riquezas é terra, demonstrando a importância das manufaturas, e por outro lado refutou a teoria do valor-trabalho de Locke, demonstrando que no processo de trocas os valores são desiguais para os agentes e o que determina o preço é a utilidade do produto²². O segundo é o filósofo, cientista e estadista norte-americano Benjamin Franklin (1706-1790), que em seus *Escritos Econômicos* (1728) defendeu a parcimônia dos indivíduos, o livre comércio e o crescimento

²¹ ROTHBARD. *Op. cit.*, Vol. I, p. 365-382.

²² SKOUSEN. *The Making of Modern Economics*, p. 40-41.

populacional como as verdadeiras fontes da riqueza das nações²³.

Destarte as importantes e inovadoras contribuições legadas por esses pensadores pré-clássicos, a maioria dos economistas, durante quase dois séculos, as trataram como meras curiosidades, não dedicando o espaço merecido a tais estudos na formação da ciência econômica. Muitos problemas não receberam uma solução adequada por conta desses trabalhos terem sido negligenciados.

Recentemente, muitos historiadores do pensamento econômico começaram a recuperar o legado desses autores, em especial os da segunda escolástica espanhola. O novo interesse por essas obras tem aberto novamente espaço para um maior diálogo entre a economia e a moral.

Todavia, a maioria das modernas escolas do pensamento econômica ainda é caudatária do paradigma da Escola Clássica ou às suas deturpações. Fato que nos leva, infelizmente a manter, no presente trabalho, uma postura tradicionalista, concluindo por aqui a análise do pensamento pré-clássico e refletindo de forma mais detida sobre a formação e o desenvolvimento da Escola Clássica de Economia.

A Formação da escola Clássica de Economia

A pedra angular da Economia Clássica se encontra nas teorias econô-

micas do filósofo e historiador escocês David Hume (1711-1776), um crítico ferrenho do mercantilismo e entusiasta defensor do livre comércio, cujo pensamento foi a principal influência no liberalismo econômico de Adam Smith. Ao longo dos *Ensaaios morais, políticos e literários* (1741) e de *Uma investigação sobre os princípios da moral* (1751) de Hume encontramos reflexões muito pertinentes e atuais. Nas análises econômicas utilizou um rigoroso aparato metodológico que o permitiu chegar a conclusões inovadoras e corretas²⁴. Percebeu que o cerne do problema econômico é a escassez, que nunca acabará porque, na maioria das vezes, os indivíduos desejam mais bens de consumo que a capacidade humana de produzi-los e distribuí-los²⁵. Defendeu o luxo e o consumo demonstrando sua relação com o progresso da sociedade²⁶. Demonstrou que para uma sociedade progredir e florescer são necessários o respeito ao direito de propriedade, a possibilidade de transferência da propriedade por consentimento e a garantia do cumprimento dos compromissos assumidos²⁷. Explicitou que o dinheiro não é um dos objetos do comércio, mas apenas o instrumento simbólico sobre o qual concordam os homens para facilitar

²⁴ HUME. *Essays Moral, Political and Literary*, p. 253-255.

²⁵ Idem. *Uma investigação sobre os princípios da moral*, p. 35-48.

²⁶ Idem. *Essays Moral, Political and Literary*, p. 268-280.

²⁷ Idem. *Uma investigação sobre os princípios da moral*, p. 197-208.

²³ Idem. *Ibidem.*, p. 41-42.

a troca de uma mercadoria por outra, além de observar que o nível geral dos preços é determinado pela proporção entre a moeda circulante e produtos no mercado²⁸.

A maior contribuição do iluminismo escocês à tradição liberal foi dada por Adam Smith, tido por muitos como o pai da economia clássica. Em seus principais trabalhos Smith buscou uma explicação racional sobre o fator que levou o homem, como indivíduo ou espécie, a chegar a ser o que é²⁹. O pensamento do filósofo e economista escocês foi o corolário do profundo debate sobre os fundamentos da moral, travado na Grã-Bretanha entre a última década do século XVII e o início da segunda metade do século XVIII.

O cerne dessa querela filosófica foi à possibilidade de se conceber uma moral social autônoma em relação às outras esferas do saber, cujo estabelecimento se daria de forma não intencional via consenso social. Excluindo os pensadores religiosos que afirmavam que a moral estava ligada diretamente a revelação divina, o debate pode ser dividido em dois grandes grupos:

- 1) os defensores da moral como uma inclinação intrínseca à natureza humana que leva os indivíduos a buscar de forma livre e responsável o bem, a verdade e o belo pela descoberta de

suas próprias inclinações altruístas, dentre os quais podemos destacar o filósofo inglês Anthony Ashley Cooper (1671-1713), terceiro conde de Shaftesbury, discípulo de Locke, e o filósofo escocês Francis Hutcheson (1694-1746), mestre de Smith e seu precursor na cátedra de filosofia moral na Universidade de Glasgow;

- 2) os advogados da moral como uma inclinação intrínseca à natureza humana que leva os indivíduos a agir de forma ética apenas para garantir seus próprios interesses, dentre os quais podemos destacar o médico e moralista holandês Bernard Mandeville (1670-1733) e, de certa forma, o filósofo escocês David Hume.

Podemos afirmar com segurança que, assim como o bispo anglicano Joseph Butler (1692-1752), Adam Smith consegue de forma brilhante sintetizar essas duas posições no debate acerca dos fundamentos da moral. Em sua obra-prima do ponto de vista filosófico, a *Teoria dos sentimentos morais* (1759), o pensador escocês, seguindo o caminho de Shaftesbury e Hutcheson, pretende reduzir a conduta moral dos homens a uma fonte única: a benevolência (*sympathy*). Nas reflexões acerca da moral, Smith enfatiza a importância dos valores éticos para convivência social, mas constata, com base no pensamento de Hume, que apesar da benevolência ser louvável e desejável, o essencial para o bom funcionamento da sociedade é a justiça, entendida como limite às ações individuais danosas aos outros ho-

²⁸ Idem. *Essays Moral, Political and Literary*, p. 281-294.

²⁹ CATHARINO DE SOUZA. "Origens e desenvolvimento do liberalismo clássico", p. 68.

mens³⁰. Mesmo tendo criticado duramente a proposta de Mandeville, classificando-a como um sistema licencioso, Smith reconhece que em alguns pontos o médico holandês está correto, apesar de não explicitar em quais³¹. Apesar do filósofo e economista escocês nunca ter apontado os acertos da obra, acreditamos que o pensamento econômico de Adam Smith é, em grande parte, o reconhecimento da validade de algumas percepções do médico e moralista holandês. Fato, que nos leva a necessidade de discorrer um pouco mais sobre o pensamento desse autor.

O pensamento de Bernard Mandeville foi profundamente marcado pela paixão por fábulas e pela obsessão por paradoxos. Sua principal tese foi exposta no poema *A colmeia resmungona, ou canalhas tornados honestos* (1705), onde o autor defende que os vícios privados dos indivíduos, por intermédio da ordem espontânea da dinâmica social, se transformam em virtudes públicas³². O escândalo causado por essa afirmação jogou lenha na fogueira dos debates sobre os fundamentos da moral, fazendo o autor ampliar seu argumento na *Fábula das abelhas, ou vícios privados, benefícios públicos* (1714 / 1729), onde, além do poema, o autor incluiu no primeiro volume o texto *Uma investigação sobre as ori-*

gens da virtude moral, vinte e quatro comentários, o *Ensaio sobre a caridade e as escolas de caridade*, o trabalho *Uma pesquisa sobre a sociedade natural* e uma defesa do livro; no segundo volume, publicado quinze anos após o primeiro, o autor levou ao público seis diálogos filosóficos onde contrapõe suas teses às de seus adversários.

Uma das principais características da obra de Mandeville é o excesso de realismo em relação à natureza humana. Para ele “*uma das grandes razões das pessoas não conhecerem a si mesmas é porque a maioria dos escritores estão sempre ensinando aos homens o que eles deveriam ser, e nunca preocupados em suas cabeças com o que eles realmente são*”³³. O autor demonstra que a vaidade é a essência da natureza humana e que todas as virtudes sociais são geradas, em última instância, pelo auto-interesse³⁴.

Em relação ao problema do pauperismo, Mandeville defende que o pior meio de solucioná-lo é por intermédio da caridade, principalmente a oficial, visto que essa tende a fazer a pobreza aumentar, por tornar os indivíduos preguiçosos e dependentes. Na visão dele o único meio de eliminar a miséria é pelo auto-interesse dos indivíduos que estão nessa terrível condição³⁵.

³⁰ Idem. *Ibidem*, p. 68.

³¹ SMITH. *Teoria dos sentimentos morais*, VII.ii.4, p. 380-390.

³² MANDEVILLE. *The Fable of the Bees*, Vol. I, p. 17-37.

³³ Idem. *Ibidem*, Vol. I, p. 39.

³⁴ Idem. *Ibidem*, Vol. I, p. 41-57.

³⁵ Idem. *Ibidem*, Vol. I, p. 253-322.

Mesmo contendo alguns erros em suas teorias, que foram de forma clara explicitados na *Teoria dos sentimentos morais*, podemos afirmar que os dois grandes méritos de Mandeville foram:

- 1) desmascarar a hipocrisia dos que criticavam as causas do progresso material da humanidade sem querer abdicar de seus infinitos frutos benéficos, tentando por pura vaidade parecer mais virtuosos e caridosos que os demais;
- 2) ter intuído a noção de ordem espontânea, segundo a qual a livre interação social dos indivíduos em busca de seus interesses egoístas seria o melhor meio de garantir o bem-estar da sociedade.

É no pensamento do médico e moralista holandês que encontramos as bases do axioma da “mão-invisível”, defendido por Adam Smith em sua obra sobre temas econômicos.

Apesar da magnitude de seu tratado de ética, a obra de Adam Smith que ganhou maior repercussão e notoriedade foi *A riqueza das nações* (1776), onde o autor procurou desvendar os verdadeiros fatores que determinam o aumento da riqueza das nações, bem como tentou compreender a progressiva evolução social que nessa época estava promovendo um notável avanço econômico e social. O autor tomou por objeto central da teoria econômica a produ-

ção no aspecto social, ou seja, a riqueza das nações dependendo fundamentalmente do trabalho dos homens. Smith se deteve nas questões objetivamente humanas e sociais do trabalho, como a maior ou menor eficiência relacionada a forma da “divisão social do trabalho”. Contrário à intervenção do Estado, quer nos negócios particulares, quer no comércio internacional, Smith exalta o individualismo, considerando que os interesses privados livremente desenvolvidos seriam harmonizados por uma espécie de “mão-invisível”, resultando em benefícios para toda a coletividade³⁶. Apesar da riqueza e do progresso serem o cerne do pensamento de Adam Smith, encontramos algumas reflexões interessantes sobre a pobreza em suas obras.

Na *Teoria dos sentimentos morais*, o filósofo escocês destaca que existe uma corrupção em nossos sentimentos morais, provocada por uma disposição natural de admirar os ricos e grandes e desprezar ou negligenciar os de condição pobre ou mesquinha. O autor lamenta o fato dos indivíduos não terem pela sabedoria e virtude o mesmo respeito que costumam ter pela fortuna e grandeza. Entretanto, Smith ressalta que a riqueza e a grandeza são corruptíveis apenas quando os homens que possuem tais qualidades tentam ficar acima da lei, buscando favores do Estado. O moralista adverte que frequentemente as pessoas que negli-

³⁶ CATHARINO DE SOUZA. “Origens e desenvolvimento do liberalismo clássico”, p. 68-69.

genciam a justiça acabam fracassando em seus projetos. Nessa óptica é desmascarada a idéia de uma virtude natural na pobreza e de um vício irreparável na riqueza. O agir moral independe da condição econômica do indivíduo, o problema é que se torna mais fácil burlar as leis e seus agentes quando se tem muitos recursos financeiros³⁷.

Todavia, as reflexões mais profundas e pertinentes de Adam Smith sobre a pobreza e os temas relacionados a ela se encontram na paradigmática obra *A riqueza das nações*. Nesse trabalho defendeu que apesar da pobreza desfavorecer o casamento não impede a procriação, ao contrário acaba estimulando-a, sendo, todavia, extremamente desfavorável à boa educação dos filhos³⁸. Demonstrou que a legislação inglesa sobre os pobres dificultava a livre circulação de mão-de-obra, provocando uma desigualdade muito inconveniente no conjunto das vantagens e desvantagens dos diferentes empregos de trabalho e capital³⁹. Explicitou que a população depende da quantidade de alimentos disponíveis⁴⁰. Apresentou os fatores que levam o comércio e as manufaturas da cidade a contribuir para o progresso do campo, visto que as cidades oferecem um mercado grande e preparado para o campo, que o dinheiro ga-

nho nas cidades acaba sendo investido na compra de terras no campo e porque introduziram gradualmente a ordem e a boa administração no campo e, com elas, a liberdade e a segurança dos indivíduos⁴¹. Advogou que a escassez nunca é suficientemente grande para gerar a fome, sendo a carestia culpa do intervencionismo governamental que ao tentar baixar artificialmente o preço dos alimentos, seja por subsídio ou tabelamento, gera uma distorção no processo de mercado, maquiando as informações do sistema de preços e afetando, conseqüentemente, a produção e a distribuição de víveres⁴². As análises de Smith abriram caminho para todos os economistas posteriores, sendo *A riqueza das nações* o alicerce de todos os pensadores que de certa forma estão relacionados à Escola Clássica de Economia e formam as modernas escolas de análise econômica.

O Desenvolvimento da Escola Clássica de Economia

A Escola Clássica não é um grupo monolítico, todavia, podemos destacar as seguintes características comuns ao pensamento de seus maiores expoentes⁴³:

- 1) fundamentação ontológica individualista e materialista;
- 2) utilização do método hipotético-dedutivo;

³⁷ SMITH. *Teoria dos sentimentos morais*, I.iii.3, p. 72-77.

³⁸ Idem. *A riqueza das nações*, I.viii, Vol. I, p. 101.

³⁹ Idem. *Ibidem*, I.x, p. Vol. I, 132-150.

⁴⁰ Idem. *Ibidem*, I.xi, Vol. I p. 166.

⁴¹ Idem. *Ibidem*, III.iv, Vol. I, p. 345-354.

⁴² Idem. *Ibidem*, IV.v, Vol. II p. 22-25.

⁴³ CATHARINO DE SOUZA. "Origens e desenvolvimento do liberalismo clássico", p. 78.

- 3) generalização das proposições econômicas em leis científicas;
- 4) visão de conjunto da evolução econômica ao longo da história, negando os particularismos;
- 5) ênfase nos fenômenos da produção;
- 6) adoção da teoria do valor trabalho;
- 7) defesa da livre concorrência;
- 8) crítica à intervenção estatal em assuntos econômicos.

Podemos dividir, para fins didáticos, os discípulos mais próximos de *Adam Smith* no campo da economia em dois grandes grupos:

- 1) *Os economistas clássicos otimistas*, dentre os quais se destacam os franceses Jean-Baptiste Say (1767-1832) e Frédéric Bastiat (1801-1850), e os utilitaristas ingleses Jeremy Bentham (1748-1832) e James Mill (1773-1836);
- 2) *Os economistas clássicos pessimistas*, dentre os quais se destacam os ingleses Thomas Robert Malthus (1766-1834) e David Ricardo (1772-1823).

Apesar das diferenças existentes na forma de valorar a realidade e nas divergências em suas previsões para o futuro, as reflexões de ambos os grupos marcaram uma nova fase no liberalismo econômico. A primeira geração de economistas liberais – formada pelos fisiocratas, por David Hume e por Adam Smith – viveu ainda numa época relativamente calma e estável, que antecede a Revolução

Industrial inglesa (1780-1840) e a Revolução Francesa (1789), por esse motivo esses autores se preocuparam principalmente em descobrir as causas e a natureza da riqueza das sociedades, dedicando pouco espaço ao problema da pobreza⁴⁴. Tanto para os fisiocratas quanto para Hume e Smith, a riqueza era um estado de exceção, pois a maioria das pessoas e das sociedades eram pobres. Além disso, eles acreditavam que qualquer ação contra as desigualdades existentes poderia agravar o problema ao invés de solucioná-lo, em outras palavras podemos dizer que a mensagem básica desses autores pode ser resumida na ideia segundo a qual *“balançar a árvore não produz os frutos que caem: a lógica da geração de riquezas (“frutos”) não pode ser eclipsada, ou negada, pela lógica da distribuição dos resultados (“chacoalhões”); ao balançar a árvore excessivamente, corre-se, inclusive, o risco de derrubá-la”*⁴⁵. A nova geração de economistas clássicos mudou o foco de sua análise, em vez de buscar as causas da riqueza, procuraram entender o fenômeno da pobreza, fato que levou o escritor inglês Thomas Carlyle (1785-1881), na obra *A Questão Negra* (1849), a chamar a economia de *dismal science* ou “ciência sinistra”, alcunha que se propagou rapidamente no período⁴⁶.

⁴⁴ GIANNETTI DA FONSECA. *Liberalismo X pobreza*, p. 20.

⁴⁵ Idem. *Ibidem*, p. 19.

⁴⁶ SKOUSEN. *Op. Cit.*, p. 80-82. / GIANNETTI DA FONSECA. *Op. Cit.*, p. 21.

Tal mudança de perspectiva da ciência econômica se dá inicialmente nas reflexões de Bentham e de Malthus, cuja repercussão foi significativa em sua época, obrigando, assim, todos os demais autores a tecer comentários sobre a problemática da pobreza. Juntamente com a análise desse tópico, faremos um breve resumo da obra dos economistas liberais dessa segunda geração.

O primeiro grande discípulo de Smith foi Thomas Robert Malthus, que em sua obra mais famosa, *Ensaio sobre a população* (1798), negou o otimismo do progressivismo científico e contestou o imperativo populacionista bíblico⁴⁷. Essa obra do economista inglês parte de dois postulados: 1º) “o alimento é necessário para a existência do homem” e 2º) “a paixão entre os sexos é necessária e permanecerá aproximadamente em seu atual estágio”; de onde o autor conclui que “o poder de crescimento da população é indefinidamente maior do que o poder que tem a terra de produzir meios de subsistência para o homem” e defendeu que “a população, quando não controlada, cresce numa progressão geométrica”, enquanto “os meios de subsistência crescem apenas numa progressão geométrica”, gerando a miséria⁴⁸. Malthus demonstra que a Lei dos Pobres na Inglaterra, apesar de ter remediado um pouco a intensidade da miséria de alguns indivíduos, pro-

vocou um dano geral numa parcela muito maior, pois não é possível aumentar o padrão de vida do pobre e possibilitar-lhe viver muito melhor que anteriormente, mediante recursos monetários, sem abaixar proporcionalmente o padrão de vida dos outros membros da mesma classe, visto que a lei dos pobres tende a rebaixar a condição geral do pobre ao aumentar a população sem aumentar a produção de alimentos para sustentá-la e ao consumir uma quantidade de alimentos nos albergues com uma parcela da sociedade que não pode ser considerada a mais importante, diminuindo, assim, as cotas que, de outro modo caberiam aos elementos mais operosos e dignos, que nessas condições se vêem obrigados depender desses mesmos albergues⁴⁹. Na concepção desse discípulo de Smith, a única solução para minorar e, possivelmente, eliminar a miséria seria o planejamento familiar espontâneo associado ao aumento da liberdade de mercado, único meio de geração de riquezas, e a revogação todas as leis de ajuda aos pobres, que aumentam a intervenção estatal, reduzem a liberdade individual, criam dependência dos mais pobres e incentivam a irresponsabilidade das pessoas, agravando o problema⁵⁰. Ao longo desse trabalho são criticadas as teorias progressistas do pensador liberal francês Jean Marie Antoine de Caritat (1743-1794), o Marquês de Con-

⁴⁷ CATHARINO DE SOUZA. “Origens e desenvolvimento do liberalismo clássico”, p. 78.

⁴⁸ MALTHUS. *Ensaio sobre a população*, p. 246.

⁴⁹ Idem. *Ibidem*, p. 268-271.

⁵⁰ Idem. *Ibidem*, p. 274-275.

dorcel⁵¹, as idéias anarquistas e igualitaristas do escritor inglês William Godwin (1756-1836)⁵² e algumas teses de Adam Smith⁵³. O *Ensaio sobre a população* é concluído com uma argumentação que tenta demonstrar que a origem da pobreza se encontra em leis da natureza, que em última instância são leis de Deus, cujos desígnios são desconhecidos ao homem, logo o pobre paga o preço de desobedecer o Criador, gerando novos miseráveis que não conseguirão ser alimentados pelos escassos recursos existentes⁵⁴.

O economista inglês também é autor da obra *Princípios de economia política e considerações sobre sua aplicação prática* (1817), onde tenta sintetizar toda teoria econômica anterior, minorando as divergências teóricas existentes e tentando aplicar os princípios abstratos à realidade concreta, além de, antecipando John Maynard Keynes (1883-1946), criticar a excesso de poupança em períodos de recessão. Nesse trabalho Malthus define a riqueza como os objetos materiais que são necessários, úteis e agradáveis à humanidade, criticando a visão utilitarista que define riqueza como todo benefício ou satisfação que o homem pode usufruir para aumentar a felicidade, demonstrando que, nessa perspectiva, tal uso é apenas metafórico⁵⁵. Na

mesma obra o autor defende que “a condição das classes trabalhadoras depende em parte da taxa de crescimento dos recursos e em parte dos hábitos do povo”, sendo que “ambas as causas estão sujeitas a mudanças e freqüentemente mudam juntas”. Continuando seu raciocínio Malthus adverte que “os hábitos podem ser diferentes com a mesma taxa de crescimento dos recursos; e hábitos da vida inferior são tanto causa quanto consequência da pobreza”. Nessa perspectiva “os altos salários podem ter duas consequências: um rápido aumento da população, ou uma decisiva melhoria do padrão de vida”. Todos os fatores que enfraquecem o caráter dos pobres contribuem para a primeira consequência, enquanto tudo que tende a elevá-lo contribui para a segunda. Para Malthus as causas mais eficientes do aviltamento são o despotismo, a opressão e a ignorância; enquanto as da elevação são a educação e a liberdade civil e política. O economista alerta para o fato da liberdade civil ser a causa mais essencial na geração de hábitos prudentes, acrescentando que a liberdade política é pré-condição para existência da liberdade civil. Quanto a educação como fator de desenvolvimento, o pensador inglês afirma que ela “pode ser eficiente sobre o despotismo e ser deficiente sob uma constituição livre” concluindo, todavia, que a educação “pouco pode fazer sob um

⁵¹ Idem. *Ibidem*, p. 291-300.

⁵² Idem. *Ibidem*, p. 301-346.

⁵³ Idem. *Ibidem*, p. 347-361.

⁵⁴ Idem. *Ibidem*, p. 363-378.

⁵⁵ Idem. *Princípios de economia política e considerações sobre sua aplicação prática*, p. 32.

*mau governo, embora possa fazer muito sob um bom governo*⁵⁶.

A grande revolução na análise e tratamento do problema da pobreza está na obra de Jeremy Bentham, fundador do movimento utilitarista e criador de um sistema ético baseado na idéia do amor-próprio e da busca da felicidade como motor da ação humana, onde a finalidade da sociedade seria garantir a máxima felicidade possível para o maior número possível de indivíduos⁵⁷. Na perspectiva benthamita o bem se identifica com o útil; a felicidade está na obtenção, via um cálculo de custo e benefício, do útil, ou seja, no afastamento de toda possibilidade de dor e na aproximação com o máximo prazer possível. O versátil pensador inglês expôs suas teorias nas obras *Um fragmento sobre o governo* (1776), *Um ponto de vista sobre o projeto de lei sobre o trabalho pesado* (1778), *Teoria dos castigos e das recompensas* (1781), *Defesa da usura* (1787), *Introdução aos princípios da moral e da legislação* (1789), *Panóptico* (1791), *Ensaio de tática política* (1791), *Plano de reforma parlamentar sob a forma de catecismo* (1817), *O livro das falácias* (1824), *A lógica das recompensas* (1825), *A lógica da evidência judicial* (1827), *Código constitucional* (1830), *Lógica da punição* (1830) e *Deontologia: ou a ciência da moralidade* (1834), dentre inúmeras outras obras que só fo-

⁵⁶ Idem. *Ibidem*, p. 134.

⁵⁷ CATHARINO DE SOUZA. "Origens e desenvolvimento do liberalismo clássico", p. 79.

ram publicadas póstumas. Todavia, a maioria dos trabalhos de Bentham ainda estão inéditos e vários estudiosos atualmente tentam resgatar e atualizar o pensamento do velho mestre utilitarista⁵⁸.

Apesar dessa obra monumental, as idéias de Jeremy Bentham foram rapidamente esquecidas ou grosseiramente deturpadas⁵⁹. Não devemos negligenciar o legado do pensador inglês ao liberalismo, independente do mau uso que foi feito posteriormente de suas teorias pelos socialistas ingleses⁶⁰. A contribuição de Bentham ao desenvolvimento da doutrina liberal está no entusiasmo pela administração desburocratizada e eficiente, pela reforma judiciária simplificadora do processo legal e pela visão ampla das finalidades do Estado como promotor da isonomia e do bem-estar e como garantidor da segurança⁶¹.

Ao defender a maximização da felicidade, o cerne da posição utilitarista se tornou a idéia de que a validação das decisões políticas requer, do ponto de vista formal, a deliberação e o cálculo das prováveis consequências, boas e más, das diferentes possibilidades de ação, sendo o filtro do processo decisório a própria previsão da alternativa que afetará, positivamente ou negativamente, o

⁵⁸ XAVIER DE BRITO. "Jeremy Bentham", p. 295.

⁵⁹ Idem. *Ibidem*, p. 295.

⁶⁰ MERQUIOR. *O liberalismo: antigo e moderno*, p. 78-81.

⁶¹ XAVIER DE BRITO. *Op. cit.*, p. 298.

bem-estar presente e futuro dos indivíduos de uma dada comunidade⁶². Tal advocacia benthamita em favor da democracia liberal repousou num espírito rijo e esclarecido que não teve dificuldades em expor que as falácias do democratismo ao admitir que as maiorias podem estar completamente erradas. Todavia, Bentham acreditava que a longo prazo o consentimento geral é o sinal mais seguro de utilidade do maior número de indivíduos pelo qual a maioria dos cidadãos, interessados na própria felicidade, descobriria e corrigiria os erros dos governantes, frustrando os interesses sinistros dos políticos⁶³. A miséria, sendo um dos fatores que minimiza a felicidade dos indivíduos, deve ser combatida, na óptica da doutrina utilitarista. O melhor meio para reduzir a pobreza, segundo Bentham e seus discípulos, é o ideário do liberalismo econômico: a livre iniciativa, o livre comércio, a instituição da propriedade privada e o mercado competitivo, regido pelo sistema de preços, como mecanismo de alocação de recursos. A opção dos utilitaristas pela economia de mercado deriva de uma apreciação do fato que os indivíduos são os maiores interessados no seu próprio bem-estar e que estão em condições de saber melhor que qualquer planejador central o que desejam e aspiram, aumentando, assim, seu grau de felicidade⁶⁴.

⁶² GIANNETTI DA FONSECA. *Op. cit.*, p. 26.

⁶³ XAVIER DE BRITO. *Op. cit.*, p. 298.

⁶⁴ GIANNETTI DA FONSECA. *Op. cit.*, p. 27.

O principal continuador e difusor do pensamento de Bentham foi James Mill, que expôs suas reflexões econômicas nas obras *Defesa do comércio* (1808) e *Elementos de economia política* (1821), onde apresentou de forma sistemática e didática as idéias de seu mestre. Porém, a grande contribuição de Mill não se resume a de um mero difusor das teorias econômicas do utilitarismo, pois as inovações metodológicas incluídas em suas reflexões serviram de base teórica para o pensamento de David Ricardo.

Provavelmente o economista clássico que mais influenciou as gerações seguintes, tanto para o bem quanto para o mal, foi David Ricardo, parlamentar atuante na defesa do livre mercado e autor dos *Princípios de economia política e tributação* (1817). Apesar de conter alguns erros de análise que influenciou o nefasto pensamento econômico de Karl Marx (1818-1883), a obra de Ricardo traz de forma pioneira a formulação da doutrina das vantagens comparativas, segundo a qual cada país deveria produzir apenas o que comparativamente lhe custasse menos, importando, mesmo em detrimento dos empresários e trabalhadores nacionais, tudo aquilo cuja produção lhe custasse mais em comparação com outros países⁶⁵. No terreno relativo ao tema da pobreza, Ricardo, assim como os demais economistas clássicos é um ferrenho opositor das leis

⁶⁵ CATHARINO DE SOUZA. "Origens e desenvolvimento do liberalismo clássico", p. 79.

de amparo aos pobres, demonstrando que a longo prazo tais medidas só agravariam o problema⁶⁶. Todavia, o economista inglês não é tão otimista, quanto os utilitaristas e os economistas liberais franceses do período, em relação ao futuro progresso do sistema econômico como meio de gerar riquezas, pois ele verifica um paradoxo no processo de desenvolvimento por que passa a Inglaterra em sua época, segundo o qual o investimento em novas terras levaria a um aumento do lucro dos proprietários, reduzindo o lucro dos investidores e recaindo sobre os consumidores. Em longo prazo tal situação geraria uma crise econômica, por falta de novos investimentos, que necessariamente aumentaria o grau de pobreza, que só poderia ser reduzido por intermédio de inovações na produção e nas relações econômicas⁶⁷.

Paralelamente a essas discussões econômicas travadas por pensadores ingleses, encontramos na França outros dois economistas clássicos que deram talvez as mais significativas contribuições ao desenvolvimento do liberalismo econômico no século XIX. O primeiro deles foi Jean-Baptiste Say, o mais didático discípulo de Adam Smith, que, partindo de sólida base teórica, enunciou pela primeira vez na história do pensamento econômico uma verdadeira teoria da distribuição e criou a notória “Lei do Mercado”, ou “Lei de Say”.

⁶⁶ RICARDO. *Princípios de economia política e tributação*, p. 87.

⁶⁷ Idem. *Ibidem*, p. 57-74.

O economista francês foi um grande defensor do livre mercado e da redução da interferência estatal, além de um severo crítico da matematização das análises econômicas, afirmando que as relações sociais não podem ser reduzidas a meras estatísticas⁶⁸. No *Tratado de economia política* (1803), Say concorda com a visão de Malthus sobre a lei dos pobres vigente na Inglaterra, e propõe a criação de instituições privadas de caridade que funcionariam como caixas de previdência que em caso de necessidade auxiliaria seus contribuintes⁶⁹.

O segundo grande economista francês do período foi Frédéric Bastiat, o mais perspicaz, ousado, corajoso e atual economista liberal do século XIX, que usou, na atuação como jornalista e parlamentar, todas as forças para defender os direitos individuais – especialmente a liberdade econômica – das ameaças do centralismo, do intervencionismo e do protecionismo. Partindo de problemas econômicos concretos, Bastiat utilizava a sutileza e a ironia de sua pena para reduzir ao absurdo alguns preconceitos e superstições em relação ao livre comércio e à ação do Estado em uma sociedade livre⁷⁰. O autor alerta que dependendo do poder do legislador a lei pode deixar de ser um freio contra a injustiça e se

⁶⁸ CATHARINO DE SOUZA. “Origens e desenvolvimento do liberalismo clássico”, p. 77.

⁶⁹ SAY. *Tratado de economia política*, p. 409-411.

⁷⁰ CATHARINO DE SOUZA. “Origens e desenvolvimento do liberalismo clássico”, p. 77-78.

transformar num instrumento inven-
cível da injustiça, destruindo a indivi-
dualidade através da escravidão, a
liberdade via opressão e a proprie-
dade por intermédio da espoliação⁷¹.
Para Frédéric Bastiat as leis de as-
sistência aos pobres não passam de
mera espoliação legal⁷², motivo que
o leva a afirmar que “o Estado é a
grande ficção através da qual todo
mundo se esforça para viver às cus-
tas de todo mundo”⁷³. O economista
francês defende a não intervenção
estatal na economia afirmando que o
organismo social é constituído de
modo a se desenvolver harmonica-
mente em liberdade, fato que deve
levar os governantes a rejeitar todos
os sistemas de organização e, fa-
zendo um ato de fé em Deus e em
sua obra, deixar a sociedade agir
livremente⁷⁴.

Apesar do alerta de todos os supra-
citados expoentes do pensamento
econômico sobre a ineficiência e a
imoralidade da intervenção estatal na
economia objetivando direcioná-la,
os políticos e economistas das gera-
ções posteriores acabaram come-
tendo o erro de acreditar que o Esta-
do poderia cumprir na economia ou-
tra atividade além da de manter as
regras institucionais, garantindo o
cumprimento da lei e oferecendo se-
gurança aos agentes. Os economis-
tas passaram acreditar que sua fun-
ção não era mais a de simplesmente

analisar e descrever os fenômenos
econômicos. Ancorados numa cren-
ça científicas eles tiveram a arro-
gância fatal de tentar, por intermédio
de prescrições não realistas e irrazo-
áveis, guiar a ação humana, contro-
lando as pessoas via planos econô-
micos governamentais. Vejamos
agora como se deu esse dramático
processo.

Eclipse da escola Clássica de Economia

Já destacamos mais acima que as
mudanças econômicas e sociais tra-
zidas pela Revolução Industrial e
pela Revolução Francesa, quando a
maioria dos indivíduos teve melhoras
significativas em seus rendimentos e
se difundiu a noção de igualdade,
fizeram os economistas clássicos da
segunda geração mudar seu foco de
análise, preocupando-se não mais
com as causas da riqueza, mas sim
com as fontes da pobreza. De certa
forma tal mudança de perspectiva foi
uma das principais causas do aban-
dono, gradativo, pelos economistas
posteriores da defesa da livre inicia-
tiva e pela adoção da idéia de inter-
venção estatal no mercado.

Em muitos aspectos o iniciador da
irrefletida confusão entre idéias libe-
rais e socialistas foi o filósofo, eco-
nomista e teórico político John Stuart
Mill (1806-1873), o principal expo-
ente do liberalismo inglês no século
XIX, sendo o seu pensamento uma
verdadeira síntese de toda a tradição
liberal anterior. Stuart Mill foi educa-
do desde a tenra idade por seu pai, o

⁷¹ BASTIAT. *A lei*, p. 15.

⁷² Idem. *Ibidem*, p. 15-16 / p. 20-21 / p. 24-27 / p. 66-67.

⁷³ Idem. *Frédéric Bastiat*, p. 92.

⁷⁴ Idem. *A lei*, p. 72.

já citado pensador utilitarista James Mill, para ser a expressão viva das idéias de Jeremy Bentham⁷⁵. Dentre as grandes contribuições de Stuart Mill podemos destacar as obras *Sistema de lógica* (1843), *Princípios de economia política* (1848), *Sobre a liberdade* (1859), *Considerações sobre o governo representativo* (1961) e *Utilitarismo* (1963).

O tratado *Princípios de economia política*, para muitos historiadores do pensamento econômico, representa a melhor síntese dos paradigmas da Escola Clássica, visto que Stuart Mill, baseado principalmente nas teses de Thomas Malthus e David Ricardo, tenta analisar, de forma clara e objetiva, todo o conhecimento econômico produzido até então. A obra foi um dos mais bem sucedidos livros textos de todos os tempos, substituindo o já citado *Tratado de economia política* de Jean Baptiste Say e formando inúmeras gerações de economistas até sua substituição pelos *Princípios de economia* (1890) do economista e matemático inglês Alfred Marshall (1842-1924). Como destaca Mark Skousen, no melhor trabalho de síntese sobre a história das idéias econômicas, o pensamento econômico de Stuart Mill tem lados positivos, herdados das teorias de Adam Smith e Say, e pontos extremamente negativos, frutos da extrapolação e má interpretação das doutrinas de Ricardo e das influências das ideologi-

⁷⁵ CATHARINO DE SOUZA. "Origens e desenvolvimento do liberalismo clássico", p. 79.

as positivistas e socialistas sofridas pelo autor⁷⁶.

Ao longo dos *Princípios de economia política* já encontramos alguns fortes indícios de aceitação de algumas restrições à liberdade individual, onde é advogada uma menor dependência às forças naturais e um maior grau de interferência governamental deliberada para resolução dos problemas econômicos, transferindo, assim, parte do poder de escolha e decisão da sociedade em matéria de economia para o Estado. Sobre o papel do Estado na economia Stuart Mill dedicou inteiramente um dos cinco livros que compõem sua obra⁷⁷, sendo que um de seus onze capítulos trata especificamente dos fundamentos e dos limites do princípio de não interferência estatal⁷⁸. A intervenção governamental é defendida na educação⁷⁹, na proteção de crianças, jovens e animais⁸⁰, na regulamentação das relações trabalhistas⁸¹ e em diversos outros pontos, onde o autor acredita que há ausência da iniciativa privada ou onde acha que a ação estatal é mais conveniente. Outra conseqüência nefasta do pensamento econômico de Stuart Mill é cometida pelo erro primário, funda-

⁷⁶ SKOUSEN. *Op. Cit.*, p. 115-130.

⁷⁷ MILL. *Princípios de economia política*, Volume II, Livro V, p. 281-421.

⁷⁸ Idem. *Ibidem.*, Volume II, Livro V, Capítulo XI, p. 395-421.

⁷⁹ Idem. *Ibidem.*, Volume II, Livro V, Capítulo XI, §8, p. 403-405.

⁸⁰ Idem. *Ibidem.*, Volume II, Livro V, Capítulo XI, §9, p. 405-405.

⁸¹ Idem. *Ibidem.*, Volume II, Livro V, Capítulo XI, §12, p. 410-412.

mentado na idéia de Ricardo segundo a qual a renda é um excedente⁸², de defender os injustos e ineficientes impostos sobre rendas, lucros, salários e imóveis⁸³.

Em grande parte os erros de análise de Stuart Mill abriram espaço para o colapso da Escola Clássica. O grande pensador inglês não foi original em suas formulações teóricas, podendo ser definido como uma 'esponja intelectual', que sugava, com poucos critérios de julgamento, todo o conhecimento vigente e buscava sintetizá-lo a procura do consenso. Tal característica do pensamento milliano permitiu que muitas doutrinas errôneas e sem grande repercussão nos meios intelectuais começassem a ganhar credibilidade. Foi dessa forma que, na passagem da primeira para a segunda metade do século XIX, muitas das críticas a Escola Clássica foram conquistando a base de raciocínio dos economistas, dos teóricos políticos e dos filósofos sociais, que passaram a apresentar como solução para problemas concretos uma nova e utópica concepção de mundo: o chamado socialismo científico.

O socialismo científico é um conjunto pouco homogêneo e até contraditório de idéias filosóficas, políticas e econômicas que tem em Karl Marx o seu principal expoente. As bases do pensamento marxista se encontram na

⁸² RICARDO. *Princípios de economia política e tributação*, p. 65-73.

⁸³ MILL. *Princípios de economia política*, Volume II, Livro V, Capítulo III, p. 305-314.

Economia Clássica, especialmente nas doutrinas de David Ricardo, no romantismo do filósofo suíço Jean Jacques Rousseau (1711-1778), no industrialismo do pensador francês Claude-Henry de Rouvroy (1760-1825), o Conde de Saint-Simon, no nacionalismo do filósofo alemão Johann Gottlieb Fichte (1762-1814) e do economista e político alemão Friedrich List (1789-1846), no idealismo do filósofo alemão George Wilhelm Friedrich Hegel (1770-1831), no socialismo utópico do pensador inglês Robert Owen (1771-1858) e dos pensadores franceses François-Marie Charles de Fourier (1772-1837) e Pierre Joseph Proudhon (1809-1865), no intervencionismo do historiador e economista suíço Jean Charles Leonard Sismonde de Sismondi (1773-1842), no positivismo do filósofo francês Auguste Comte (1798-1857), no ateísmo antropológico do filósofo alemão Ludwig Andreas Feuerbach (1804-1872), no evolucionismo biológico do cientista inglês Charles Darwin (1809-1882), e no anarquismo coletivista do revolucionário russo Mikhail Alexandrovitch Bakunin (1814-1876).

Somente a ausência de um profundo conhecimento filosófico por parte dos economistas e a falta de conhecimentos econômicos sólidos por parte dos filósofos, associado a uma quase total ignorância do desenvolvimento histórico e cultural da Civilização Ocidental, justifica o sucesso do marxismo nos meios acadêmicos. Como ressalta Mark Skousen, as loucuras de Marx mergulharam a ci-

ência econômica numa nova idade das trevas⁸⁴. Ao comparar o trabalho de Adam Smith com o de Karl Marx, Skousen afirma que o do primeiro foi o Gênesis da economia moderna, criando um sistema de liberdade natural, enquanto o do segundo foi o Êxodo, destruindo tal sistema⁸⁵. Uma análise crítica da economia marxista não conseguirá manter nada de pé nesse castelo de cartas ideológico. Infelizmente uma parcela significativa de economistas e de filósofos adotou, da segunda metade do século XIX até nossos dias, essa visão extremada e obscurantista da realidade, acreditando que a pobreza é culpa do “perverso e injusto” sistema capitalista.

Todavia, devemos sempre ter em mente que a pobreza é a condição natural da humanidade. Se nos propusermos a fazer uma análise minuciosa acerca das condições materiais das sociedades que se organizaram ao longo dos mais de seis mil anos de história da civilização, perceberemos sem dificuldades que até o século XVIII a maior parte das pessoas vivia numa terrível condição de miséria, sendo a fome responsável pela morte de muitos indivíduos. Uma investigação fundamentada em dados empíricos e desprovida das lentes interpretativas das falsas ideologias construtivistas, que desde a segunda metade do século XIX dominam as ciências sociais, demonstrará que somente com o advento do

sistema econômico que se convencionou chamar de capitalismo tal quadro foi revertido. O próprio Karl Marx e seu “camarada” e mecenas Friedrich Engels (1820-1895) reconhecem no *Manifesto comunista* (1848) que tal sistema criou em menos de cem anos as “forças produtivas mais maciças e mais colossais que todas as gerações precedentes juntas”⁸⁶.

O capitalismo ou economia de mercado é uma organização social espontânea específica para a solução de problemas de natureza econômica, que se vale ao máximo possível do processo de decisões individuais e ao mínimo necessário do processo político de decisões coletivas⁸⁷. O economista austríaco Ludwig von Mises (1881-1973) ressalta que tal sistema é baseado na concorrência, na divisão do trabalho, na propriedade privada dos meios de produção e na liberdade econômica, e é orientado pelo processo de mercado, que, por sua vez é o ajustamento espontâneo das ações individuais dos vários membros de uma sociedade aos requisitos da cooperação mútua⁸⁸. O livre mercado não é um sistema permissivo e selvagem, conforme destacam alguns de seus críticos, visto que tal instituição social se caracteriza pela existência de regras de justa conduta, asseguradas pelos

⁸⁴ SKOUSEN. *Op. Cit.*, p. 131-165.

⁸⁵ Idem. *Ibidem.*, p. 131.

⁸⁶ MARX & ENGELS. *O manifesto comunista*, p. 16.

⁸⁷ CATHARINO DE SOUZA. “Liberalismo Clássico e Filosofias Nacionais”, p. 66.

⁸⁸ MISES. *Ação humana*, p. 257-258.

padrões morais dos indivíduos e pela legislação do estado de direito⁸⁹.

O economista austríaco Friedrich August von Hayek (1899-1992), prêmio Nobel de economia em 1974, destaca que o fundamento teórico da economia de mercado é a noção de ordem espontânea e a idéia de dispersão e divisão do conhecimento na sociedade. Para ele, devido ao fato do conhecimento humano ser, por sua própria natureza, limitado e disperso na sociedade, nenhum homem pode ter a totalidade das informações necessárias ao funcionamento da economia⁹⁰. Sendo, assim, o único meio de identificar e transmitir dados sobre a estrutura infinitamente complexa das preferências e recursos da sociedade é por intermédio do processo de mercado⁹¹, que, por sua vez, é uma ordem espontânea que surge de forma evolutiva por intermédio da livre interação social⁹². Nessa concepção realista e razoável o livre mercado é condição necessária à criação de uma sociedade livre e criativa, é o único meio eficiente e seguro de garantir a maior oportunidade possível de progresso material e espiritual dos indivíduos⁹³.

O papa João Paulo II, na carta encíclica *Centesimus Annus* (1991),

⁸⁹ CATHARINO DE SOUZA. "Liberalismo Clássico e Filosofias Nacionais", p. 67.

⁹⁰ HAYEK. *Individualism and Economic Order*, p. 33-56.

⁹¹ Idem. *Ibidem.*, p. 77-91.

⁹² Idem. *Direito, legislação e liberdade*, Volume I: *Normas e ordem*, p. 35-59. / Idem. *Ibidem.*, Volume II: *A miragem da justiça social*, p. 129-157.

⁹³ Idem. *Os fundamentos da liberdade*, p. 19-53.

destacou que a economia de mercado, ou economia de empresa, é um sistema econômico que reconhece o papel fundamental e positivo da empresa, da livre criatividade humana, do mercado, da propriedade privada e da conseqüente responsabilidade pelos meios de produção, é, por conseguinte, o modelo econômico que, segundo o pontífice máximo, deve ser proposto aos países, principalmente no Terceiro Mundo, que procuram a estrada do verdadeiro progresso econômico e civil⁹⁴.

A orientação do Santo Padre se baseia numa preocupação sincera com os mais pobres e está fundamentada numa percepção objetiva da realidade. Os ensinamentos sociais de João Paulo II podem ser corroborados pela avaliação de Milton Friedman (1912-), prêmio Nobel de economia em 1976, segundo a qual "o extraordinário crescimento econômico dos países ocidentais nos últimos dois séculos e a ampla distribuição dos benefícios da empresa privada reduziram enormemente a extensão da pobreza em qualquer sentido absoluto, nos países capitalistas do Ocidente"⁹⁵.

Apesar de estar empiricamente comprovado que o livre mercado é o principal remédio para solucionar o problema da pobreza, muitos acusam o capitalismo de ser o responsável pela miséria. O monocórdico argumento das antigas esquerdas

⁹⁴ JOÃO PAULO II. *Carta encíclica Centesimus Annus*, IV.42, p. 79.

⁹⁵ FRIEDMAN. *Capitalismo e liberdade*, p. 173.

não passou de imprecisões ininteligíveis, cujo objetivo era entorpecer as mentes mais fracas ou menos cultas, convencendo esses “pobres” coitados que o crescimento econômico promovido pelo sistema capitalista é baseado na exploração dos mais humildes e gera desigualdades materiais e concentração de renda. Como solução para tais males, eles propuseram mais concentração de poderes no Estado e uma extensão das atividades do governo, que nessa óptica perversa deve atuar intervindo no mercado, regulando as transações econômicas, e promovendo as nefastas políticas de assistência social.

As idéias e práticas socialistas atuaram e continuam atuando como um vírus que gradativamente paralisa o corpo social, levando-o finalmente à morte. Se quisermos manter viva a nossa sociedade devemos abandonar as utópicas visões de mundo intervencionistas, tanto de origem marxista quanto keynesianas, retornando aos paradigmas da Escola Clássica e associando tais princípios aos sólidos fundamentos epistemológicos da filosofia da ciência e incisivos raciocínios lógicos, a uma rígida base moral pautada nos valores da Civilização Judaico-Cristã, e a um profundo conhecimento jurídico e sociológico do mundo em que vivemos. Tal caminho já está sendo trilhado por inúmeros economistas contemporâneos filiados as principais correntes dessa disciplina, dentre as quais destacamos a Escola de Chicago, a Escola Neo-Institucionalista, a Escola

da Virgínia ou da Escolha Pública, a Economia Social de Mercado, a Escola Austríaca e a Economia Personalista.

Conclusão

A mensagem desses pensadores clássicos parece não ter envelhecido, pois muitos de seus ensinamentos ainda continuam válidos para o contexto em que vivemos. Todavia, certos postulados da Economia Clássica foram definitivamente enterados pelos fatos da realidade e por uma nova metodologia científica que nos permite entender melhor os problemas econômicos. No caso específico do problema da pobreza, algumas inovações surgiram, sem por isso aposentar totalmente as reflexões da Escola Clássica. Dentre as modernas escolas econômicas, acreditamos que a Economia Personalista é a que dá as melhores soluções aos problemas que atualmente o mundo globalizado enfrenta.

A Economia Personalista é uma proposta interdisciplinar que busca substituir as visões desumanizadas, tanto a marxista quanto a keynesiana, das relações econômicas, erigindo um novo modelo que leva em consideração a pessoa e o seu lugar na sociedade. Pode-se encontrar seus antecedentes no pensamento econômico dos teólogos da escolástica medieval e da segunda escolástica espanhola. Atualmente esse modelo está centrado nos pontos comuns existentes entre a visão moral da Doutrina Social da

Igreja Católica⁹⁶ e do pensamento de alguns teólogos protestantes como o calvinista Abraham Kuyper (1837-1920)⁹⁷ e o luterano Reinhold Niebuhr (1892-1971)⁹⁸, e as análises econômicas e sociais desenvolvidas por economistas renomados como: Carl Menger (1840-1921), Eugen von Böhm-Bawerk (1851-1914), Ludwig von Mises, Friedrich August von Hayek e Israel M. Kirzner (1930-) da Escola Austríaca; Luigi Einaudi (1874-1961) e Wilhelm Röpke (1899-1983) da Economia Social de Mercado; James M. Buchanan (1919-) da Escola da Escolha Pública; Douglass C. North (1920-) da Escola Neo-Institucionalista; e Frank H. Knight (1885-1972), Jacob Viner (1892-1970), Ronald H. Coase (1910-), George J. Stigler (1911-1991), Milton Friedman e Gary S. Becker (1930-) da Escola de Chicago, dentre outros⁹⁹.

As cartas encíclicas *Laborem Exercens* (14 de setembro de 1981), *Sollicitudo Rei Socialis* (30 de dezembro de 1987), *Centesimus Annus* (1º de maio de 1991), *Veritatis Splendor* (6 de agosto de 1993) e *Fides et Ratio* (14 de setembro de 1998) do papa João Paulo II e os trabalhos dos rabinos Jonathan Sacks e Daniel Lapin, dos economistas e/ou teólogos católicos Michael Novak, George Weigel, Padre John Richard Neuhaus, Padre Robert A. Sirico e

Rocco Buttiglione, e dos teólogos protestantes Carl F. H. Henry e Edmund A. Optiz trazem uma visão essencial dos fundamentos dessa nova escola econômica, cujas características principais são:

- 1) a centralidade ontológica e epistemológica da pessoa¹⁰⁰;
- 2) a defesa do subjetivismo e da autonomia das escolhas individuais¹⁰¹;
- 3) a advocacia da inviolabilidade da dignidade humana¹⁰²;
- 4) constatação de que a existências humana necessita de relacionamento social¹⁰³;
- 5) a ênfase nas noções de participação e solidariedade¹⁰⁴;
- 6) o reconhecimento da necessidade de agentes éticos e de instituições jurídicas sólidas para o bom funcionamento da economia¹⁰⁵;
- 7) a constatação de que o principal investimento econômico é na formação e na capacitação do capital humano, ou seja, na educação das pessoas¹⁰⁶;
- 8) a crença que a melhor forma de acabar com a pobreza é gerando formas de inclusão que permitam o desenvolvimento das potencialidades humanas e a criação de riqueza¹⁰⁷.

Diante dessa nova proposta, cabe tanto aos economistas quanto aos filósofos sociais e aos moralistas que

¹⁰⁰ Idem. *Ibidem.*, p. 6.

¹⁰¹ Idem. *Ibidem.*, p. 6-7.

¹⁰² Idem. *Ibidem.*, p. 7-9.

¹⁰³ Idem. *Ibidem.*, p. 9-11.

¹⁰⁴ Idem. *Ibidem.*, p. 11-12.

¹⁰⁵ Idem. *Ibidem.*, p. 12-18.

¹⁰⁶ IORIO. *Economia e liberdade*, p. 161-170.

¹⁰⁷ Idem. *Ibidem.*, p. 171-180, 209-220.

estejam realmente preocupados com as condições de vida dos pobres fazer um sincero exame de consciência e analisar com atenção as formulações dos economistas clássicos e de seus discípulos contemporâneos sobre a temática, ao invés de seguir o *status quo* reproduzindo as desgastadas imprecisões esquerdistas contra o livre mercado e as desigualdades econômicas.

Acreditamos que a busca interdisciplinar de soluções é o meio aconselhado para transformar nosso país numa sociedade livre, próspera, justa e virtuosa. A Economia Personalista já está trilhando esse caminho em diversos países, cabe aos intelectuais brasileiros seguir esse exemplo.

Referências Bibliográficas

BACON, Francis. *Novum Organum: ou verdadeiras indicações acerca da interpretação da natureza*. [Tradução e notas de José Aluísio Reis de Andrade]. São Paulo: Abril Cultural, 1973. (Coleção "Os Pensadores", Volume XIII: Bacon). p. 7-237.

BASTIAT, Frédéric. *A Lei*. [Tradução de Ronaldo da Silva Legey]. Rio de Janeiro: Instituto Liberal, 2ª Edição, 1991. (Série "Pensamento Liberal", Volume 5).

BASTIAT, Frédéric. *Frédéric Bastiat*. [Editado por Alexandre Guasti; tradução de Ronaldo da Silva Legey; ilustrações de Marcos Pires de Campos]. Rio de Janeiro: Instituto Liberal, 1989.

CATHARINO DE SOUZA, Alex. "A análise de Montesquieu sobre a 'decadência' do Império Romano". In: *Anais de Filosofia*, nº 8. São João Del Rei: Fundação de Ensino Superior de São João Del Rei, 2001. p. 101-113.

CATHARINO DE SOUZA, Alex. "Liberalismo clássico e filosofias nacionais". In: *Anais de Filosofia*, nº 9. São João Del Rei: Universidade Federal de São João Del Rei, 2002. p. 49-71.

CATHARINO DE SOUZA, Alex. "Origens e desenvolvimento do liberalismo clássico". In: GARCIA, Aloísio Teixeira (Org.). *Ensaio sobre liberdade e prosperidade*. Belo Horizonte: UNA Editoria, 2001. p. 57-81.

CATHARINO DE SOUZA, Alex. "Virando a mecânica das molas do mundo: a divulgação das idéias de Newton através das obras de Voltaire". In: *Anais do VI Seminário Nacional de História da Ciência e da Filosofia*. Rio de Janeiro: Sociedade Brasileira de História da Ciência, 1997. p. 501-506.

CHAFUEN, Alejandro A. *Economía y ética: raíces cristianas de la economía de libre mercado*. [Presentación por Rafael Termes; prólogo por Michael Novak]. Madrid: Ediciones Rialp, 1991.

FRIEDMAN, Milton. *Capitalismo e liberdade*. [Apresentação de Miguel Colasunoto; tradução de Luciana Carli; resisão sobre a edição de 1982 e tradução do prefácio de 1982 de Nestor Deola]. São Paulo: Abril Cultural, 1984. (Coleção "Os Economistas").

GIANNETTI DA FONSECA, Eduardo. *Liberalismo X pobreza: a liberdade vencendo a miséria*. São Paulo: Editora Inconfidentes, 1989.

GRICE-HUTCHINSON, Marjorie. *Ensayos sobre el pensamiento económico en España*. [Edición e introducción de Laurence S. Moss & Christopher Ryan; versión española de Carlos Rodríguez Braun & María Blanco González]. Madrid: Alianza Editorial, 1995.

GRONBACHER, Gregory M. A.. *Economic Personalism: A New Paradigm for a Humane Nature Economy*. [Foreword by Michael Novak]. Grand Rapids: Acton Institute for the Study of Religion and Liberty, 1998. ("Occasional Paper", número 10).

HAYEK, Friedrich August von. *Direito, legislação e liberdade*. [Prefácio de Henry Maksoud; tradução de Anna Maria Capovilla, José Ítalo Stelle, Manoel Paulo Ferreira & Maria Luiza X. de A. Borges]. São Paulo: Visão, 1988. 3v. (Volume I: *Normas e ordem*; Volume II: *A miragem da justiça social*; Volume III: *A ordem política de um povo livre*).

HAYEK, Friedrich August von. *Individualism and Economic Order*. Chicago: The University of Chicago Press, 1984.

HAYEK, Friedrich August von. *Os fundamentos da liberdade*. [Introdução de Henry Maksoud; tradução de Anna Maria Copovilla & José Ítalo Stelle]. São Paulo / Brasília: Editora Visão / Editora Universidade de Brasília, 1983. (Coleção Pensamento Político, Volume 56).

HUME, David. *Essays Moral, Political and Literary*. [Edited and with a foreword, notes and glossary by Eugene F. Miller; with an apparatus of variant readings from the 1889 edition by T. H. Green and T. H. Grose]. Indianapolis: Liberty Fund, 1985.

HUME, David. *Uma investigação sobre os princípios da moral*. [Tradução de José Oscar de Almeida Marques]. Campinas: Editora da UNICAMP, 1995.

IORIO, Ubiratan J. *Economia e liberdade: a Escola Austríaca e a economia brasileira*. [Prefácio de Roberto Campos]. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2ª edição atualizada e ampliada, 1997.

JOÃO PAULO II. *Carta encíclica Centesimus Annus: Centenário da Rerum Novarum*. São Paulo: Edições Paulinas, 1991. (Coleção "A Voz do Papa", Volume 126).

MANDEVILLE, Bernard. *The Fable of the Bees, or Private Vices, Public Benefits*. [Edited and with a comentary, critical, historical and explanatory by F. B. Kaye]. Indianapolis: Liberty Fund, 1988. 2v.

MALTHUS, Thomas Robert. *Ensaio sobre a população*. [Apresentação de Ernane Galvêas; tradução de Regis de Castro Andrade, Dinah de Abreu Azevedo & Antonio Alves Cury]. São Paulo: Nova Cultural, 1996. (Coleção "Os Economistas"). p. 233-378.

MALTHUS, Thomas Robert. *Princípios de economia política e considerações sobre sua aplicação prática*. [Apresentação de Ernane Galvêas; tradução de Regis de Castro Andrade, Dinah de Abreu Azevedo & Antonio Alves Cury]. São Paulo: Nova Cultural, 1996. (Coleção "Os Economistas"). p. 21-232.

MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. *O manifesto comunista*. [Tradução de Maria Lúcia Como]. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996. (Coleção "Leitura").

MERQUIOR, José Guilherme. *O liberalismo: antigo e moderno*. [Prefácio de Roberto Campos; tradução de Henrique de Araújo Mesquita]. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1991.

MILL, John Stuart. *Princípios de economia política*. [Introdução de W. J. Ashley; apresentação de Raul Ekerman; tradução de Luiz João Baraúna]. São Paulo: Abril Cultural, 1983. 2v. (Coleção "Os Economistas"). 2v.

MISES, Ludwig von. *Ação humana: um tratado de economia*. [Tradução de Donald Stewart Jr]. Rio de Janeiro: Instituto Liberal, 1990.

MONTESQUIEU, Charles Louis de Secondat, Baron de La Brède et de. *O espírito das leis: ou das relações que as leis devem ter com a constituição de cada governo, com os costumes, o clima, a religião, o comércio etc.* [Introdução e notas de Gonzague Truc; tradução de Fernando Henrique Cardoso & Leôncio Martins Rodrigues]. São Paulo: Abril Cultural, 1973. (Coleção "Os Pensadores", Volume XXI: Montesquieu).

RICARDO, David. *Princípios de economia política e tributação*. [Introdução de Piero Sraffa; apresentação de Paulo Singer; tradução de Paulo Henrique Ribeiro Sandroni]. São Paulo: Abril Cultural, 1982. (Coleção "Os Economistas").

ROTHBARD, Murray N. *An Austrian Perspective on the History of Economic Thought*. Hants: Edward Helgar Publishing, 1995. 2v. (*Volume I: Economic Thought Before Adam Smith / Volume II: Classical Economics*).

SAY, Jean-Baptiste. *Tratado de economia política*. [Prefácio de Georges Tapinos; tradução de Balthazar Barbosa Filho; tradução do prefácio de Rita Valente Correia Guedes]. São Paulo: Abril Cultural, 1983. (Coleção “Os Economistas”).

SKOUSEN, Mark. *The Making of Modern Economics: The Lives and Ideas of The Great Thinkers*. Armonk: M. E. Sharpe, 2001.

SMITH, Adam. *A riqueza das nações: investigação sobre sua natureza e suas causas*. [Introdução de Edwin Cannan; apresentação de Winston Fritsh; tradução de Luiz João Baraúna]. São Paulo: Abril Cultural, 1983. 2v. (Coleção “Os Economistas”).

SMITH, Adam. *Teoria dos sentimentos morais: ou ensaio para uma análise dos princípios pelos quais os homens naturalmente julgam a conduta e o caráter, primeiro de seus próximos, depois de si mesmos*. [Biografia crítica por Dugald Stewart; tradução de Lya Luft]. São Paulo: Livraria Martins Fontes Editora, 1999. (Coleção “Clássicos”).

XAVIER DE BRITO, Márcia. “Jeremy Bentham: liberalismo e utilitarismo”. In: *Anais de Filosofia*, n 9. São João Del Rei: Universidade Federal de São João Del Rei, 2002. p. 291-300.